



### PROGRAMA DE DISCIPLINA

**Curso:** Bacharelado em Arqueologia

**Código da disciplina:** DAA00399

**Nome da disciplina:** Arqueologia e Licenciamento Ambiental

**Carga Horária Geral:** 60h

**Pré-requisito:**

**Docente:** Laura Nisinga Cabral

**Semestre:** 2023.2

**Turma:** 6º Período

#### 1. EMENTA

Apresentação e leitura crítica de Leis, Decretos, Normativas, Portarias e Artigos da Constituição Federal que fazem regem as normas de proteção ao patrimônio arqueológico.

Apresentação do histórico das pesquisas de licenciamento ambiental no Brasil. Subsidiar a compreensão da Arqueologia Preventiva (consultiva ou de contrato), integrada às definições e responsabilidades, em âmbito nacional. Explicitar as mais variadas formas de planejamento de um projeto de pesquisa arqueológica para serem apresentadas ao IPHAN.

#### 2. Metodologia de Ensino e Avaliação

Será realizada a partir de aulas expositivas com discussões orientadas, apresentação de trabalhos baseados em estudos de casos de licenciamento ambiental.

#### 3. Cronograma de Aulas e conteúdo

**Aula 1 e 2:** Programa. Apresentação da disciplina. Os temas de discussão e avaliação. Introdução sobre o tema do Licenciamento Ambiental

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DIAS, Jeanne Almeida; SANTOS, Tainá Aragão dos; SILVA, Railson Cotias da. A ARQUEOLOGIA E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO, In: **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente : educação contextualizada – Arqueologia e diversidade** (volume III) / Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Marcos César Pereira Santos (organizadores). – Criciúma, SC : EDIUNESC, 2018. 340 p.

**Aula 3:** Histórico das pesquisas de licenciamento ambiental no Brasil

CALDARELLI, Solange. **Arqueologia Preventiva e Licenciamento Ambiental de Projetos no Brasil. Práxis Arqueológica**, Lisboa, n. 4, p. 21-26, 2009.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos (Org.). **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. 296 p.

**Aula 4 e 5:** Legislações pertinentes ao licenciamento ambiental, esferas de responsabilidades governamentais.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 53. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018. (Série legislação; n. 275 Ebook). Art. 20, 23, 215 e 216.

BRASIL. Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf).

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 02 set. 1981.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 922-925.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de



Arqueologia. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf). SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 07, de 01 de dezembro de 1988. Regulamenta os pedidos de permissão para desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas.

**Aula 6:** Atividade avaliativa.

**Aula 7:** Apresentação de projeto de licenciamento por níveis.

MARQUES, A. de J. M.; DE AZEVEDO, B. B. REFLEXÕES A PARTIR DOS IMPACTOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ARQUEOLÓGICO E ANTROPOLÓGICO. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 3, n. 07, p. 8512–8522, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf).

**Aula 8:** FCA e Projetos de Nível II, responsabilidades e como fazer.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf).

**Aula 9:** Projetos de Nível III e IV, PAIPA/RAIPA/PGPA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf).

**Aula 10:** Projetos EIA/RIMA

Wittmann, Marcus Antônio Schifino. 2019. “Arqueologia No Licenciamento ambiental: Uma Etnografia De Cientistas E Suas Burocracias”. Anuário Antropológico 44 (1). <https://doi.org/10.4000/aa.3515>

CARMO, Aline Borges do. SILVA, Alessandro Soares. 2013. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão », Confins [En ligne], 19 | 2013, mis en ligne le 16 novembre 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8555>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf).

**Aula 11:** Responsabilidades técnicas, éticas e valores financeiros. Como montar uma tabela de valores.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. História, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008.

SOUZA, Marise Campos (Org.). Arqueologia Preventiva: gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. 312 p.

PEREIRA, Cleide Rodrigues, CAMPOS, Mariana Lopes Veloso. MÉTODOS PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS: ESTUDO DE CASO, Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Engenharia Civil do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia, Instituto Tecnológico de Caratinga – Caratinga, 2014.



DNIT, RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: janeiro de 2023 (4/4).  
DNIT, RELATÓRIO DE CUSTOS GERAIS, ano base 2023

**Aula 12:** Distribuição dos estudos de caso para avaliação e plantão de dúvidas.

**Aula 13: Avaliação 2 – Estudo de caso**

**Aula 14: Atividade repositiva**

#### 4. Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação será realizada com a soma e a divisão de duas notas, definidas a partir de uma escala de 0 a 10,00, como segue:

1. Irão responder uma avaliação de conceitos básicos dos processos de licenciamento Ambiental voltado para Arqueologia. Valor 10,00
2. Irão apresentar um estudo de caso sobre um projeto de avaliação do patrimônio arqueológico. Valor: 10,00

Avaliação Repositiva: Avaliação sobre os conteúdos abordados.

O discente que obtiver média final inferior a 60 (sessenta) terá direito a uma avaliação repositiva, expressa em números inteiros com valor de 0 (zero) a 100 (cem), substituindo a menor nota obtida durante o período letivo. O não comparecimento à alguma avaliação no decorrer do semestre implica em não obtenção da nota na mesma, impossibilitando o caráter de reposição por meio da nota obtida na avaliação repositiva. A frequência mínima para aprovação quanto à assiduidade é de 75% da carga horária da disciplina.

#### 5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos (Org.). **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. 296 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 53. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018. (Série legislação; n. 275 Ebook). Art. 20, 23, 215 e 216.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf).

CALDARELLI, Solange. **Arqueologia Preventiva e Licenciamento Ambiental de Projetos no Brasil. Práxis Arqueológica**, Lisboa, n. 4, p. 21-26, 2009.

CARMO, Aline Borges do. SILVA, Alessandro Soares. 2013. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão », Confins [En ligne], 19 | 2013, mis en ligne le 16 novembre 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.8555> CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 922-925.

DIAS, Jeanne Almeida; SANTOS, Tainá Aragão dos; SILVA, Railson Cotias da. A ARQUEOLOGIA E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO, In: **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente : educação contextualizada – Arqueologia e diversidade** (volume III) / Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Marcos César Pereira Santos (organizadores). – Criciúma, SC : EDIUNESC, 2018. 340 p.



DNIT, RELATÓRIO DE CUSTOS GERAIS, ano base 2023

DNIT, RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: janeiro de 2023 (4/4).

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. História, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de Arqueologia. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf).

MARQUES, A. de J. M.; DE AZEVEDO, B. B. REFLEXÕES A PARTIR DOS IMPACTOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ARQUEOLÓGICO E ANTROPOLÓGICO. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 3, n. 07, p. 8512–8522, 2023.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PEREIRA, Cleide Rodrigues, CAMPOS, Mariana Lopes Veloso. MÉTODOS PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS: ESTUDO DE CASO, Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Engenharia Civil do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia, Instituto Tecnológico de Caratinga – Caratinga, 2014.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 07, de 01 de dezembro de 1988. Regulamenta os pedidos de permissão para desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas.

SOUZA, Marise Campos (Org.). Arqueologia Preventiva: gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. 312 p.

Wittmann, Marcus Antonio Schifino. 2019. “Arqueologia No Licenciamento ambiental: Uma Etnografia De Cientistas E Suas Burocracias”. Anuário Antropológico 44 (1). <https://doi.org/10.4000/aa.3515>

## 6. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTOLO, A. I. . Perspectivas dos processos de musealização do patrimônio arqueológico no estado de Rondônia, Monografia, Universidade Federal de Rondônia – RO, 2014.

BUENO, Lucas; KÖKLER, Daniela; MACHADO, Juliana. Auto-regulação e parâmetros de qualidade nos EUA, Inglaterra e Canadá: contribuições para reflexão. Arqueologia em Debate – Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 2, p. 10-13, out. 2010.



COSTA, Maria Sarajane Farias da. ALBUQUERQUE, Helder Neves de. 2021. O licenciamento ambiental no Brasil e os seus desafios na proteção do meio ambiente. Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA-UFMS-Três Lagoas, v. 12, n. 02, p. 101-115, janeiro/julho. 2021, Edição Especial. ISSN: 2447-8822.

DIAS, Adriana S. Caminhos Cruzados? Refletindo sobre os parâmetros de qualidade da prática arqueológica no Brasil. Arqueologia em Debate – Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 2, p. 14-15, out. 2010.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 37-62, abr.-out. 2008.

FOGOLARI, Everson P. Gestão em Projetos de Arqueologia. 2007. 176 f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FORTUNA, Carlos A.; POZZI, Henrique A.; CÂNDIDO, Manuelina. A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. Canindé, Xingó, n. 1, p. 129-157, dez. 2001.

PENIN, André Santos de Lima. Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina. 2010. 156 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Loredana. Auto-regulação da Arqueologia brasileira: responsabilização, credibilidade e fortalecimento profissional. Arqueologia em Debate – Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 1, p. 08-09, março 2010.

SILVA, Joana A. F. Terras e territórios indígenas: dilemas, avanços e dificuldades na demarcação e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil atual. Habitus, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 45-74, jan./dez. 2009.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-lei n. 25/37 e a Lei n. 3.9241/61. Revista de Arqueologia, v. 9, p. 9-23, 1996.

SOUZA, Marise Campos (Org.). Arqueologia Preventiva: gestão e mediação de conflitos. Estudos comparativos. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. 312 p.

Data:

**ASSINATURA PROFESSOR(A)**

**ASSINATURA CHEFIA DE DEPARTAMENTO**